

Os Dois Comandantes do CEP

Introdução

Poder-se-á dizer que desde 1916 se apontam várias justificações para Portugal ter entrado no conflito militar que, havia dois anos, assolava a Europa e o mundo. Hoje parece ter-se chegado a um consenso sobre os motivos que levaram o país à guerra¹.

Nos trabalhos desenvolvidos pelos historiadores que ao assunto têm dedicado a sua atenção — incluindo nós próprios — pouco ou mesmo nada se explorou sobre o que se esperava que fosse o Corpo Expedicionário Português (CEP) em França, isto é, ao que esta força militar representava na perspectiva política para Portugal². Mas a insistência dos partidários da beligerância em concentrarem um grande esforço bélico no teatro de operações europeu tinha, por certo, o seu sentido. Mais do que perceber que era na Europa que se decidia o futuro colonial é preciso compreender quanto representava para Portugal estar nas trincheiras ao lado das grandes potências Aliadas, combatendo as grandes potências dos Impérios Centrais. Não era só um problema de prestígio, como muito vulgarmente alguns historiadores justificam; era o processo de mostrar maturidade política. Esta passava por outras componentes, como veremos.

¹ Veja-se da nossa autoria *O Fim da Ambiguidade. A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 – 1916*, Lisboa, Universitária Editora, 2001, que reproduz na íntegra e sem alterações a dissertação de mestrado por nós apresentada em 1990 e defendida perante o júri académico em Janeiro de 1991. Com este trabalho demonstrou-se, pela primeira vez, que a participação de Portugal no conflito foi resultante da conjugação de factores de ordem interna e externa que impunham como melhor solução, na época, a beligerância nacional. Veja-se, também da nossa autoria, os seguintes trabalhos, nos quais, de alguma forma, apresentamos aspectos diversos da motivação pró-beligerante de alguns sectores políticos portugueses: *Portugal na Grande Guerra. Razões económicas de beligerância*, sep. da Revista Militar, n.º 12, Dezembro, 1985; «A Participação de Portugal na Grande Guerra» in *História Contemporânea de Portugal* (direcção do Prof. Doutor João Medina), tomo II, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985, pp. 34-53; «Espionagem no Corpo Expedicionário Português» in «*Guerristas*» e «*Antiguerristas*», Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 45-70; «La Lys - A Última Batalha do Exército Português» in *Actas do IV Colóquio de História Militar - A História Militar de Portugal no Séc. XIX*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1993, pp. 401-417; «Portugal e a Primeira Guerra Mundial» in *Janus 99-2000 Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 72-73; «Portugal na Grande Guerra. O Recrutamento, a Mobilização e o Roulement nas Frentes de Combate. Factos e Números» in *Actas do VII Colóquio de História Militar – O Recrutamento Militar em Portugal*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1996, pp. 97-135; *Portugal Grande Guerra 1914-1918*, (Coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, pp.107-110 e 148-151; «Portugal e a Grande Guerra. O CEP e a Batalha de La Lys» in *Factos Desconhecidos da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 2004, pp. 214-225; *Guerra e Marginalidade. O comportamento das tropas portuguesas em França. 1917 – 1918*, Lisboa, Prefácio, 2003.

² Note-se que, de uma forma muito clara e linear, Brito Camacho e os seus companheiros políticos — *Unionistas* — sempre afirmaram aceitar a beligerância nacional desde que resultasse de um pedido da Grã-Bretanha e que se limitasse aos teatros de operações angolano e moçambicano. A beligerância não obrigava a combater em França!

Infelizmente não há documentação suficiente que justifique com clareza a orientação do esforço nacional para o campo de batalha da Europa³. Aduzem-se motivos que representam os riscos da não beligerância nacional, à luz do entendimento da época, parecendo que o esforço militar português se orientava exclusivamente pela vontade de contribuir para a vitória dos Aliados. Ora, esta não é, segundo o nosso ponto de vista, uma razão plausível e justificativa do embarque de 55.000 homens para França. Podia ter-se mantido o estatuto de beligerante sem, contudo, ter entrado em operações na Europa. Não era a meia centena de milhar de combatentes portugueses que ajudava a conquistar a vitória final⁴. Assim, o assento na Conferência da Paz sem CEP estava assegurado desde o dia em que a Alemanha declarou guerra a Portugal. Aliás, esse era o ponto de vista defendido até à exaustão por Brito Camacho e, em certa medida, por Machado Santos⁵. A ida para França foi uma opção marcada por um objectivo político que transcendeu as razões invocadas em 1916.

Tentemos ver mais em pormenor.

O que se pretendia do CEP em França

Posto o que deixámos dito, pode colocar-se a pergunta:

— Porque motivo optaram os partidos beligerantes por mandar organizar uma força militar para seguir rumo ao teatro de guerra europeu?

A resposta não se encontra explícita nem em discursos nem em documentos oficiais. Parece surgir aqui e ali coberta com palavras que diluem o verdadeiro sentido das afirmações implícitas⁶. Assim sendo, a motivação que determinou a existência do

³ Não se deve confundir a mudança de estatuto de «não beligerante e não neutral» em «beligerante» com o envio de tropas só para África ou para esta e França.

⁴ Na medida em que o efectivo do Corpo de Exército, a duas Divisões, perfez esse número. Julgamos que mesmo mandando para França as quatro Divisões inicialmente previstas e, por conseguinte, cerca de 100.000 homens, estes pouco contribuiriam para a vitória dos Aliados. Em 1916, ao ponto em que a situação de usura e desgaste chegara, só muitas centenas de milhares de soldados poderiam decidir a guerra. E a provar a nossa afirmação foi a entrada na frente do imenso contingente militar dos EUA que fez pender a balança da vitória para o lado dos Aliados.

⁵ Essa terá sido, eventualmente, a justificação para a revolução sidonista de Dezembro de 1917 e de toda a reviravolta na política de guerra imposta pela Grã-Bretanha e aceite por Lisboa logo nos primeiros dias de Janeiro de 1918.

⁶ Palavras de Afonso Costa, proferidas no parlamento, na sessão de 10 de Maio de 1917: «Parece-me (...) necessário (...) que o espírito público tenha respeito, atenção e solidariedade com as forças que *representam não o regime, mas a Pátria*, e que estão *na frente de batalha*» (sublinhado nosso) (H. A. de Oliveira Marques, *Afonso Costa. Discursos Parlamentares. 1914 – 1926*, Amadora, Bertrand, 1977, p. 256; do mesmo e no mesmo discurso: «É preciso que nos compenetrems de que todos nós temos o dever de *olhar pelo bem da Pátria e da República* e pelos *destinos da nossa nacionalidade*» (sublinhado nosso) (Idem, *op. cit.*, p. 258); ainda, de Afonso Costa: «Julgo interpretar o sentir, não só de todo o Governo, mas da Nação Portuguesa, dirigindo daqui uma saudação comovida ao Exército Português, que, nesta primeira hora, nesta primeira escaramuça, afirma o seu valor e o seu heroísmo, já tantas vezes comprovado, *pugnando por que a Nação Portuguesa tenha um lugar* no concerto das potências que sofreram e se sacrificaram *pela liberdade e pelo progresso*» (sublinhado nosso) (Idem, *op. cit.*, 291); numa sessão secreta do parlamento afirma: «A organização do Corpo de Artilharia Pesada é um

CEP resulta de deduções lógicas e plausíveis, face ao contexto da época. Dos discursos de Afonso Costa⁷, líder do partido vulgarmente designado *Democrático*, e por certo o maior defensor da beligerância portuguesa nos campos de França, podem extrair-se conclusões que sintetizaremos de seguida, usando e interpretando, tanto quanto possível as suas palavras. O Exército português marcha para França, porque:

1) A Pátria portuguesa, o mesmo é dizer, a Nação, tem de estar representada na frente de batalha europeia;

2) Essa representação destinava-se a olhar pelo «bem da Pátria, da República e destinos da nacionalidade»;

3) Tudo isto era feito para que a «Nação conseguisse ter um lugar no concerto das potências que lutavam pela liberdade e pelo progresso»;

4) Se visava alcançar o «reconhecimento da independência da Nação portuguesa através de, lutando por causas alheias, parecer que lutava por causas próprias»;

5) «Era nas linhas de França que se estava decidindo o destino do mundo»;

6) Numa palavra, os ganhos da intervenção em França, eram de «natureza moral», ou seja, entravam no domínio da modificação da imagem que se tinha internacionalmente de Portugal;

7) Tudo isto, na perspectiva de quem impulsionara o avanço do CEP para França, dava dessa força uma dimensão mais «política» do que militar.

Conjuguemos, agora, este articulado contextualizando-o, isto é, justificando-o à luz da conjuntura da época.

Portugal era, havia menos de quatro anos, em 1914, a segunda república numa Europa maioritariamente monárquica⁸. Este facto gerou na classe política nacional e entre as elites republicanas como que a necessidade de conseguir, através de um novo comportamento interno e externo, provar aos Estados europeus a valia da mudança que conduzira à implantação do novo regime⁹. Por outro lado, a prática política da

acto de alto valor militar, o *reconhecimento* do nosso valor e da *nossa acção como nação independente*, batendo-nos *como* em causa própria, *ao lado das outras nações (...)*. (...) estamos orgulhosamente combatendo *nas linhas de França, onde se estão decidindo os destinos do mundo (...)*» (sublinhado nosso) (Idem, *op. cit.*, p. 317) e mais à frente: «Ele [Brito Camacho] nunca viu nem quis elevar-se à compreensão (...) dos excelentes resultados e brilhante *situação moral* que *para nós resultará da nossa intervenção na guerra*» (...). (...), podendo [Brito Camacho] ter prestado serviços ao seu país e ter eficazmente concorrido para o *ressurgimento da sua pátria*, nenhuns lhe prestou e só mal lhe fez e à *República*» (sublinhado nosso) (Idem, *op. cit.*, p. 318)

⁷ Vd. nota anterior.

⁸ Se considerarmos a França a primeira e não levarmos em conta a Confederação Helvética, tradicionalmente governada de forma mais semelhante à de uma República, desde o século XIII.

⁹ E não se julgue o problema da imagem como coisa de somenos importância. Para justificar a nossa afirmação, basta recordar a «embaixada» que o Partido Republicano Português, na Primavera de 1910, mandou a Paris e Londres — José Relvas e Sebastião de Magalhães Lima — não só para conseguir o apoio político dos Governos destes países como também para propagandear, em jornais de grande tiragem, a necessidade da queda da Monarquia e a Justiça dos princípios republicanos.

monarquia constitucional havia desacreditado, quase por completo, o sistema de alternância partidária na governação, dando para o exterior uma imagem de povo ingovernável e muito perto de ver interdita a sua soberania¹⁰.

No plano cultural, ou seja, naquilo que Afonso Costa chamava *progresso*, o país estava entre o número de Estados mais atrasados do continente; a taxa de analfabetismo era superior a 75,1%¹¹, a boçalidade afirmava-se tremenda, a superstição e a credice religiosa andavam de braço dado, a influência clerical tinha atingido o ponto mais alto do período contemporâneo¹², a falta de assistência sanitária e de higiene pessoal e social eram banalidades do quotidiano das cidades e do campo¹³. Os estrangeiros, que visitavam mais para além de Lisboa e Porto, traçavam de Portugal um retrato que se encaixava na galeria onde, então, se colocavam os povos do Norte de África ou os Estados mais ignorantes da América Latina.

A República preconizava uma modernização das mentalidades, uma ruptura com a má tradição nacional, um salto na modernidade europeia. Para confirmar este programa radical — e, talvez por isso, difícil de conseguir alcançar em poucos anos — chega debruçarmo-nos sobre o conjunto de decretos publicados pelo Governo Provisório republicano¹⁴. Essa é a essência do regime que se queria para Portugal, esse

¹⁰ No dizer autorizado do Professor Amadeu Carvalho Homem, «A história da monarquia constitucional portuguesa encerra-se com o regicídio» (*A Propaganda Republicana. 1870 – 1910*, Coimbra, 1990, p. 70). O risco da perda da independência era tão evidente, na época, que Teixeira de Sousa, último Presidente do Conselho da Monarquia aconselhava os seus apaniguados a aceitarem a República com receio da guerra civil e da previsível anexação espanhola (vd. Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração Contra Portugal. As relações políticas entre Portugal e Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 42). O receio de D. Manuel II de ser destronado pela revolução republicana terá sido de tal monta que, em 1909, terá estabelecido com Afonso XIII, de Espanha, um pacto dinástico entre as Casas reinantes na Península, permitindo a invasão do reino em caso de alteração profunda da ordem pública (Idem, *op. cit.*, p. 190) e, também, os seguintes autores: Douglas L. Weeler, *História Política de Portugal. 1910 – 1928*, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d. (1985), p. 53, José Relvas. *Memórias Políticas*, 1.º vol., Lisboa, Terra Livre, 1977, pp. 201-202 e Luís Alves de Fraga, «A Implantação da República Portuguesa Numa Perspectiva Geopolítica» in *Revista Militar*, n.º 2/3, Fevereiro/Março, 1988, pp. 136-137. E não se pode dizer que este receio durou só durante os primeiros anos da República, pois ele esteve presente nos anos da eclosão da guerra e manteve-se mesmo para além do Armistício (vd., da nossa autoria, «A República Portuguesa, a Espanha e a 1.ª Guerra Mundial: Síntese de uma das Últimas Tentativas Hegemónicas de Madrid» in *Lusíada. Revista de Ciência e Cultura. Actas do Colóquio Evocativo dos 350 Anos da Restauração*, Série de História, n.º 4, Julho/1995, Edição Especial, Lisboa, Universidade Lusíada, pp. 201-213). Curiosamente, após 1914, D. Manuel II, exilado em Londres e conhecedor de todas as manobras políticas de Afonso XIII e das conivências do Governo britânico, aconselhava os seus correligionários a colocarem-se ao dispor da República e do Governo beligerante português (vd. Idem, *op. cit.*, p. 210).

¹¹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 4.ª ed., 2.º vol., Lisboa, Palas Editores, p. 226.

¹² Cf. Idem, *op. cit.*, pp. 210-211 e 218-221.

¹³ Vd. A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Porto, Figueirinhas, s. d. (1978), pp. 307-320 e 352-353.

¹⁴ O corte mais significativo, foi sem dúvida o da influência do clero na vida das populações, em especial as rurais e na dos estratos mais baixos das cidades. Igualmente a reforma do ensino marcou muito bem os objectivos da República (vd. Joaquim Pintassilgo, *República e Formação de Cidadãos. A*

era o *salto* julgado possível para colocar o país a par dos Estados além Pirenéus. Sabemos agora quanto era utópico o desejo, pois sabemos, também, quanto são mais fáceis as revoluções políticas do que as das mentalidades.

Coincidindo os republicanos partidários da beligerância com os defensores das mais profundas reformas sociais, fácil nos é compreender, hoje, o objectivo da participação militar nacional no teatro de guerra europeu: dar ao mundo e em especial à opinião pública francesa e britânica a imagem de um Estado que, por ter mudado as instituições políticas, mudava também comportamentos, podendo emparceirar, com restrições, é certo, ao lado das potências, então, mais modernas e cultas da Europa e, quiçá, do mundo. Por certo a guerra não constituía o *processo* de transformação, mas era mais um instrumento para servir, julgava-se e desejava-se, a unidade nacional, catalizando para um projecto superior o qual, por o ser, deveria gerar *vontade*, *arrastando* a nação para efectivar os restantes. E é bom não esquecer que entre as nações aliadas se fazia a propaganda da guerra como meio de mudança dos comportamentos sociais e políticos futuros, pois afirmava-se, à boca cheia, que aquela seria a guerra que poria fim a todas as guerras.

É nesta perspectiva que se, sem o afirmar explicitamente, se desejava que o CEP fosse uma «embaixada» de Portugal nos campos de batalha e que, acima de tudo os seus oficiais, em especial os mais graduados e responsáveis, como é evidente, soubessem comportar-se, tanto no plano restrito militar como, especialmente, em todos os outros aspectos de uma maneira tal capaz de dar do país uma nova imagem: a de se estar a caminhar para o emparceiramento com a Europa livre e democrática¹⁵.

Sendo como acabamos de expor, a *panache* nacional tinha de constituir o primeiro elemento do comportamento esperado, marcando diferenças e, acima de tudo, evitando subordinações historicamente identificáveis ao comportamento tido pela

Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa, Lisboa, Edições Colibri, 1998).

¹⁵ João Chagas, ministro de Portugal em França, homem habituado a compreender a política internacional vista a partir de Paris, observatório privilegiado, afirma: «O Afonso Costa e o Augusto Soares ainda estão em Inglaterra. Lembro-me que o Afonso Costa me disse (...) que não sairia da Inglaterra enquanto a questão do nosso concurso não estivesse assegurada e enquanto não estivesse assegurado o empréstimo que é preciso fazer para que ele se torne efectivo. (...). Os monárquicos, os eunucos do abominável Camacho [Brito] e em geral todos os reaccionários de Portugal não consentem que este tome posição nos campos de batalha da Europa senão com a condição de a Inglaterra formular esse voto, porquanto estão persuadidos que a Inglaterra não o formulará. (...). E esfregam as mãos de que semelhante pedido não será feito. O que foram fazer a Londres o Afonso Costa e o Augusto Soares? Conjurar esta maquinação, levando a Inglaterra a formular de modo insofismável o seu pedido de concurso. A isto nos reduziram homens sem patriotismo por um lado, por outro homens sem princípios, porque foi a política destes homens, os Arriagas, os Bernardinos, os Freire de Andrade, que nos conduziu a esta situação. A obra que o Afonso Costa está fazendo em Londres é fundamental nos destinos dos portugueses» (*Diário*, 2.º vol., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1929, pp. 270-271). Qual seria o motivo de tanto regozijo de João Chagas? Mero prazer de protagonismo ou sórdido gosto de ver marchar para a morte uns milhares de homens? Ou será que adivinhava as múltiplas vantagens políticas de uma beligerância nacional nos campo de batalha franceses?

Monarquia para com a Grã-Bretanha¹⁶. Havia que colaborar sem aceitação de proteccionismos ou paternalismos capazes de beliscarem a vaidade de um regime desejoso de conduzir Portugal a um novo e mais digno patamar do relacionamento internacional através da reforma e reestruturação do que era nacional.

A linha definidora desta política não era fácil de ver e, menos ainda, de ser compreendida, porque possuía a argúcia de, por um lado, correr ao arrepio da tradição monárquica, mas por outro, dar a aparência de continuar na senda do passado. Paradoxalmente, impunha um corte sem cortar. Portugal teria de se desvincular de uma aliança que *afogava* para se prender a uma aliança que libertava. Era ganhar uma autonomia sem romper as amarras capazes de veicularem o auxílio quando e onde fosse necessário. Tratava-se, realmente, de um objectivo nacional subtil. Por isso, não passível de ser enunciado com liberdade e clareza.

Para qualquer cidadão português perceber o alcance, a nobreza e a elevação da política que se estava a delinear tinha de ser capaz de pôr em causa todo o passado recente de Portugal e, mais ainda, de comungar profundamente dos ideais republicanos reformistas e nacionalistas ou, em alternativa, perceber que o parto da modernidade resultava da negação dos tradicionalismos ancilosantes os quais, de há muito, tolhiam o salutar desenvolvimento da sociedade. A compatibilidade entre as más tradições e a política de modernização, passando pela beligerância nacional, tornava-se quase impossível ou mesmo impossível¹⁷.

Vai ser à luz deste novo entendimento da participação de Portugal na Grande Guerra, no teatro europeu, que analisaremos o comportamento — e, dentro do possível, a personalidade — dos dois comandantes do CEP.

General Tamagnini de Abreu e Silva

Como nota prévia, convirá recordar que nem a História é um tribunal nem nos queremos arvorar em juízes dos dois briosos generais que comandaram o CEP. Contudo, somos de parecer que a História não pode servir de trampolim para, seja quem for, alcandorar, a lugares de destaque personagens cujo valor e importância se limitaram pela normalidade. Em certas circunstâncias, um tal transplante de posicionamentos resulta de análises parcelares ou de pontos de vista condicionadas pela própria interpretação que os agentes estudados fizeram do tempo em que viveram. Nestas

¹⁶ É importante ter presente que a geração dos políticos republicanos governantes de Portugal, em 1916, era a mesma que, na sua juventude, sofrera a influência de toda a propaganda anti-britânica, na sequência do Ultimato de Janeiro de 1890.

¹⁷ Não pretendemos colocar o problema de uma maneira maniqueísta, separando os «bons» republicanos dos «maus», nem mesmo os republicanos dos monárquicos; interessa-nos que o leitor seja capaz de compreender a perspectiva de então: impunha-se modernizar, mudando, as mentalidades em Portugal e para tal era preciso ser capaz de reconhecer os vícios do passado e romper com eles; havia quem fosse capaz de adoptar esta postura e quem não o conseguisse!

circunstâncias, cabe-nos estabelecer o contraditório para se encontrar o equilíbrio sempre desejável. É esse, afinal, o nosso objectivo quando pretendemos comparar os dois generais que comandaram o CEP.

Curial será, parece-nos, começar por mostrar quem era o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, comandante da *Divisão de Instrução*, em Tancos e do CEP, em França. Ligada a esta visão vem a tentativa de se descortinar o motivo da escolha governamental ter recaído sobre este oficial general e não sobre outro.

Na primeira parte, interessa-nos, para além de conhecer o militar perceber quem era o homem; na segunda, à luz do que já deixámos dito sobre o papel militar e político do CEP em França, preocupa-nos a compreensão das possíveis motivações pelas quais o Governo da República pautou a sua escolha.

Em 1995, demos à estampa um trabalho biográfico sobre Tamagnini de Abreu e Silva onde levantámos e estudámos o seu perfil militar e personalidade. Não nos vamos repetir — não nos esquivando, todavia, às transcrições julgadas convenientes —, mas procuraremos a síntese do que então dissemos.

De alferes a general a sua carreira durou 39 anos, tendo no último posto estado somente 9; dos 30 anos de alferes a coronel¹⁸, serviu nas Guardas Municipais cerca de 19¹⁹. Nunca esteve nos territórios de além-mar, nem no estrangeiro. As máximas deslocações por motivo de serviço foram sempre dentro do território português continental e peninsular. De alferes a coronel mereceu três louvores, dois dos quais por razões de importância menor. O terceiro foi, talvez, aquele que o catapultou na confiança do regime republicano, visto dever-se-lhe a organização e orientação do movimento punitivo das greves dos trabalhadores rurais de Évora, em 1912, quando

¹⁸ Assentou praça em 1873, depois de ter completado 17 anos de idade, no Regimento de Cavalaria 2; só em 1876 foi promovido a alferes graduado e no ano seguinte (1877) a alferes do quadro para o Regimento de Cavalaria 7. Veio a ser promovido a coronel em 1908. Temos, por conseguinte, como oficial do quadro permanente, 31 anos de diferença entre os postos de alferes e coronel (a diferença de um ano entre este cálculo e a do texto supra, resulta dos meses em que foi promovido). Em 1915, por decreto de 10 de Julho, foi finalmente promovido a general (tinha sido extinto o posto de brigadeiro e o de major-general). Como faleceu em 1924, não chegou a estar dez anos em general.

¹⁹ Com efeito, ainda sem ter completado 24 anos de idade, em 1880, foi colocado nas Guardas Municipais donde regressou ao serviço no Exército em 1885; em 1893 é novamente colocado nas Guardas Municipais de onde só regressa ao Exército em 25 de Junho de 1906 (deve referir-se que na folha de matrícula consta que, em 1898 foi promovido a capitão de 1.ª classe, «ficando a desempenhar uma comissão de serviço dependente do Ministério do Reino» no qual estavam integradas as Guardas Municipais; aliás, isto mesmo se pode verificar consultando os *Almanaches do Exército* dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do seguinte). Torna a ser colocado naquela força policial em 3 de Abril de 1908, ficando a prestar serviço no Estado-Maior. No final do ano, em 14 de Novembro, quando foi promovido a coronel, regressa ao Exército e assume o comando do Regimento de Cavalaria 5. Vê-se pois que fez três comissões nas Guardas Municipais: uma de 5 anos, outra de 13 anos e uma última de quase um ano, daí o termos referido cerca de 19 anos. Entre alferes e coronel, foi mais o tempo durante o qual serviu nas Guardas Municipais do que no Exército (19 nas primeiras e 12 no segundo). A sua prestação no Exército só foi aumentada em função dos 7 de coronel e dos 9 anos no posto de general.

comandava o Regimento de Cavalaria 5²⁰. A experiência para levar a cabo tais missões vinha-lhe dos anos de serviço nas Guardas Municipais, polícia militarizada com a qual contava a Monarquia para todo o tipo de repressão e, nos últimos tempos, na dos movimentos conspirativos de cariz revolucionário. Ao deixar o comando do Regimento de Cavalaria de Évora Tamagnini vinha aureolado em defensor do regime republicano, facto que lhe abriu as portas do concurso para general. O Governo, e em especial os adeptos do partido *Democrático*, provavelmente, viram no acto repressor os traços de uma personalidade que aderira inteiramente ao ideário da República, esquecendo ou desconhecendo o seu passado de oficial pretoriano habituado a olhar a desordem pública como inimiga das instituições²¹. Daí a entregar-lhe o comando da *Divisão de Instrução* foi um passo. Seguiu-se-lhe o comando do CEP onde, ainda em Portugal, teve oportunidade de, mais uma vez, mostrar a sua especial aptidão para debelar revoltas e levantamentos, então, militares²². O epíteto de disciplinador estava adquirido e confirmado. Admitia-se conhecer o militar, mas desconhecia-se o homem.

Os dotes intelectuais do general Tamagnini de Abreu e Silva ficaram publicamente demonstrados em um pequeno livro publicado em 1904, intitulado

²⁰ Diz o texto desse louvor: «(...) pelos serviços que prestou durante a greve dos trabalhadores rurais em Évora» (cf. da nossa autoria *Portugal na Grande Guerra. O general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva*, p. 209).

²¹ Compulsando o jornal *Notícias de Évora*, do mês de Janeiro de 1912, é possível encontrar a justificação para o louvor. No dia 18 daquele mês, quando as tropas do Regimento de Cavalaria 5 tentavam dispersar os grevistas que se haviam reunido na Praça do Geraldo, «(...) as mulheres agarravam-se às rédeas dos cavalos, enquanto outros [grevistas] soltavam vivas ao Exército». Quer dizer, Tamagnini viu que não poderiam ser as forças militares a reprimir, dada a tentativa de subversão de valores que os grevistas de imediato adoptaram (para quem viveu o período revolucionário pós-25 de Abril, recorda-se do impacto que causava sobre as tropas essa identidade gerada pelo *slogan* «O Povo está com o MFA»!). Assim, só um corpo policial bem instruído e profissional não se deixaria envolver pela manobra popular. Esse corpo era a Guarda Nacional Republicana, herdeira, com *nuances*, das Guardas Municipais. Como é que tudo foi combinado? O periódico de Évora dá-nos disso conta, nos seguintes termos lacónicos, mas suficientemente claros para quem tem prática do modo como se gizam planos militares simples: «O coronel de Cavalaria 5, Sr. Fernando Tamagnini, esteve ontem, [24 de Janeiro, dia das graves ocorrências na Praça do Geraldo] pelas 12 horas [antes, por conseguinte, da manifestação popular] no quartel da Guarda Republicana, onde se demorou pouco tempo» (vd. *Idem, op. cit.*, p. 213). O que foi combinado nessa curta entrevista? Não o sabemos, mas os acontecimentos posteriores levam-nos a concluir que, com a prática adquirida em 19 anos de serviço de repressão sobre republicanos, grevistas e outros oponentes da Monarquia, Fernando Abreu e Silva terá estabelecido que a cavalaria da GNR avançaria para a praça, tal como aconteceu, enquanto os soldados a cavalo do RC 5 *fechavam* todas as fugas possíveis aos grevistas, tamponando as ruas e largos vizinhos. Em resultado da carga da GNR, morreu um popular e ficaram feridos mais oito. Com esta acção repressiva, acabaram as greves dos trabalhadores rurais e a ordem voltou ao Alto Alentejo. A República tinha de estar agradecida a quem conseguira travar um movimento que conseguira provocar uma greve geral nacional! (Para mais pormenores vd. *Idem, op. cit.*, pp.212-213).

²² Foi o caso da revolta das praças de duas Companhias do Regimento de Infantaria 21 sediadas na Covilhã que se negaram a embarcar para Tancos, onde deveriam participar nas manobras que se iam levar a efeito (vd. da nossa autoria, «Divisão de Instrução. As manobras de Tancos» in *Portugal Grande Guerra*, Lisboa, Diário de Notícias, 2003, pp. 278-281).

Serviço de Cavalaria em Campanha. Na obra compilam-se elementos até então dispersos destinados a auxiliar os oficiais de Cavalaria na sua actividade bélica.

Do estudo e longa reflexão que há já anos fazemos da personalidade de Fernando Tamagnini de Abreu e Silva concluímos que, tal como a grande maioria dos oficiais do Exército e da Armada, o general tinha aceitado o novo regime sem o ardor da militância política nem a crença na República. Aceitava por mero conformismo, evitando o desconforto de se lhe opor²³. E note-se que falamos em *militância política*; não nos referimos a militância partidária, porque havia e houve muitas personalidades que, afirmando-se republicanas, nunca aceitaram enfeudar-se a partido algum. Estão entre esses, por exemplo, João Chagas, Manuel Teixeira-Gomes, Bernardino Machado, Teófilo Braga, Machado Santos, José de Castro e outros mais²⁴.

Neste ponto da exposição temos de lançar mão do instrumento intelectual capaz de nos ajudar a distinguir entre a afirmação de se ser *exclusivamente* militar e a de, sendo militar, sentir-se simpatia por este ou aquele regime político ou por este ou aquele partido político. Vejamos.

²³ Naturalmente que na sua obra biográfica Fernando Tamagnini de Abreu e Silva não ia deixar para a posteridade quaisquer sinais indicativos do que acabamos de dizer. Não o faria, como o não fazem a grande e esmagadora maioria de autores de memórias (nestes escritos é usual escamotearem-se os aspectos mais difíceis de confessar publicamente). No entanto, se se vasculhar com cuidado certos aspectos da vida do general, encontram-se indícios suficientes para nos permitirmos colocar algumas interrogações quanto às suas auto-apregoadas convicções republicanas. É o caso de ter aceite prefaciá-la obra *A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys*, editada em 1924, da autoria de Vasco de Carvalho, já então bastante conhecido pela sua completa simpatia à Monarquia através da adesão ao grupo monárquico conhecido por Integralismo Lusitano, cujos adeptos se bateram, no ano de 1919, em Monsanto. Não podemos aceitar como falta de sensatez a atitude do general, antes porém a deveremos classificar como uma forma subtil de deixar expressa a sua discordância das instituições vigentes. Outro exemplo que tem sido esquecido, mas que pode deixar algumas dúvidas, resulta da sindicância pedida pelo, então, coronel Abreu e Silva quando, comandante do Regimento de Cavalaria 5, em Évora, foi dado como fazendo parte de um grupo de oficiais do Exército que naquela cidade conspiravam contra a República, por serem monárquicos. Deve acrescentar-se que este facto ocorreu em Junho de 1912, depois da repressão exercida sobre os grevistas, em Janeiro do mesmo ano. Naturalmente, o Governo e o ministro da Guerra reiteraram toda a confiança no comandante da unidade de cavalaria, contudo, ficou a suspeita. O terceiro exemplo vem da tão famosa e falada sindicância que, em 1919, Abreu e Silva pediu fosse feita aos seus actos quando o ministro da Guerra o exonerou do comando da 5.ª Divisão. Não nos interessa discutir os acontecimentos, mas recordar os termos do despacho que o ministro da Guerra, no dia 27 de Abril de 1919, exarou no Relatório do general João José Pereira Dias, oficial sindicante, e que os biógrafos de Abreu e Silva têm esquecido de referir. Embora de difícil leitura, diz o seguinte: «**Arquive-se, ficando no entanto a impressão de que o general que tanto se quer alhear da política teve pelo menos simpatias por um governo militar, apresentado (?) e apoiado pela junta militar cuja vontade (?) estava fora da Lei e ofendia (...)camente (?) a Constituição da República**». Era ministro da Guerra o decidido, impoluto e destemido António Maria Baptista, combatente em Moçambique contra as forças de Gungunhana e antigo comandante da 6.ª Brigada do CEP. Com este último testemunho, deixamos claro que as dúvidas por nós levantadas não resultam de uma predisposição pessoal contra a memória do general Tamagnini de Abreu e Silva, porque foi um seu contemporâneo, conhecedor da situação e devidamente esclarecido, ocupando um cargo que lhe permitia ter uma perspectiva ampla, quem faz transparecer a suspeita. E o certo é que não mais lhe foi dado comando de tropas!

²⁴ Reportamo-nos, como é evidente, ao período posterior a 1912, data da total cisão do «velho» Partido Republicano Português.

A nossa formação académica, a nossa experiência de vida, leva-nos a concluir que nenhum homem é completamente isento, totalmente equidistante em relação à grande maioria dos complexos problemas sociais que nos rodeiam e, especialmente, ao problema da simpatia política. Todos nós, no mais profundo do nosso ser, no mais secreto escaninho da nossa mente, guardamos os sentimentos de simpatia e antipatia quando pretendemos afirmar-nos isentos. Só que, por mais bem guardados que os tenhamos, os nossos comportamentos íntimos ou sociais acabam por trair a vontade que nos anima e mostram mais ou menos veladamente aquilo que nem a nós mesmos nos permitimos reconhecer. Os comportamentos psicológicos são assim e nada há a fazer contra esta evidência. Aceitá-la é a atitude mais inteligente²⁵.

Do estudo que demos à estampa em 1995 e a que já nos referimos, concluímos que o general Tamagnini de Abreu e Silva, querendo parecer um militar distante da política, guardava no seu íntimo a nostalgia da Monarquia deposta e abominava os partidos e os políticos republicanos, em particular aqueles que, por serem mais radicais, mais desejavam afastar-se do modelo social tradicional e da mentalidade monárquica; no fundo, os *Democráticos*, particularidade que punha a descoberto as suas tendências conservadoras²⁶.

É isto mesmo que está expresso não só no *Relatório* de comando que elaborou depois de regressar de França, como no livro *Os Meus Três Comandos*, até há pouco inédito, mas de cujo texto temos conhecimento há mais de vinte anos. O mesmo ressalta do *Diário* pessoal que elaborou enquanto esteve em França²⁷.

Mas a personalidade de Tamagnini de Abreu e Silva, fruto da vida que tinha levado no meio castrense, acentuava traços de uma subordinação militar absoluta, impedindo a capacidade de agilizar a compreensão política do cargo para o qual fora escolhido. Com efeito, até o general Ferreira Martins, que, em tenente-coronel, foi subchefe do Estado-Maior do CEP e privou de perto com o comandante, deixou para a

²⁵ Pessoalmente preferimos aceitar que estamos comprometidos, desde que sejamos capazes de identificar o objecto do nosso comprometimento.

²⁶ Em todos os escritos do general Abreu e Silva sobressaem as suas tendências conservadoras associadas a uma grande incapacidade de se adaptar a novas situações. Havia nele uma teimosa intransigência que visava a oficialidade do CEP. Sabendo que a maioria foi para a guerra contra vontade, não soube ou não quis inverter essa postura através de optar por um comando que apelasse para as verdadeiras razões da beligerância. Isso só o poderia ter feito se tivesse mantido uma salutar relação com o chefe do seu Estado-Maior.

²⁷ Em abono da mais elementar verdade e justiça tem de se reconhecer que tanto o *Relatório* como o *Diário* reflectem sucessivas queixas contra as incapacidades quer do Ministério da Guerra quer dos constantes atropelos a que foi sendo sujeito no desempenho da sua acção. Faltou-lhe a força anímica para, logo de início, não pactuar com essas situações, sendo capaz de, se para tal fosse preciso, colocar o seu lugar à disposição antes que fosse tarde. Para que o tivesse feito era necessária a compreensão do alcance da sua missão. Por outras palavras, era preciso distinguir entre duas funções: ser comandante de uma grande unidade militar e ser, também, na frente de batalha, o representante máximo do poder militar de uma nação aliada. O general só teve consciência plena da primeira.

História esse testemunho. São suas as seguintes palavras: «escasseavam[-lhe] aqueles predicados de carácter diplomático que se tornavam indispensáveis a quem, além de chefe militar, tinha de ser, juntos dos Exércitos Aliados, o representante da Nação Portuguesa, livre e independente (...)» e conclui, mais à frente: «(...) nem soube usar da energia precisa perante os Comandos Superiores Aliados, nem conquistou do Governo Português de 1918 [ou seja, de Sidónio Pais] o apoio que lhe era indispensável (...) e essas falhas abalaram sensivelmente, entre as tropas portuguesas — forçoso é confessá-lo — o prestígio do seu comandante em chefe»²⁸.

Podem acrescentar-se muitas mais razões ao juízo do general Ferreira Martins, mas simplesmente servirão para o confirmar e ampliar. Em 1916, o Governo enganou-se completamente ao escolher Abreu e Silva para comandar o CEP. Ao general faltavam o brilho, a inteligência, a agilidade intelectual, o entendimento da missão e o envolvimento efectivo com as razões profundas da beligerância nacional. João Chagas não usou de *língua afiada* na apreciação que dele fez no seu *Diário*; usou, isso sim, da perspicácia que um homem habituado a viver na sociedade política parisiense tinha de possuir para se movimentar, representando com dignidade uma República que pretendia afirmar-se numa Europa em convulsão. João Chagas soube distinguir o perfil limitado de um comandante sem brilho nem grandeza.

É verdade que o general Tamagnini de Abreu e Silva pugnou pela disciplina, pela organização, pela prontidão das tropas, mas isso poderia e deveria ser feito pelos comandantes das Divisões, reservando para si papéis bem mais importantes e significativos²⁹.

Quanto a nós, o comportamento do general Abreu e Silva saiu pouco ajustado à função por não ter sabido entregar a condução da administração geral do CEP ao chefe do seu Estado-Maior, imitando-o nas relações com todos os chefes militares estrangeiros. Ao contrário disso, combateu, em tudo o que pôde, o coronel Roberto Baptista. O comandante não soube aproveitar o esteio de um brilhante organizador e de um militar esclarecido³⁰.

A 10 de Julho de 1918 foi exonerado do comando do CEP, mas, obedientemente, ficou desde essa data até aos últimos dias de Agosto a aguardar a apresentação do general Garcia Rosado, que o ia substituir.

²⁸ *Portugal na Grande Guerra*, 2.º vol., Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1935, p. 63.

²⁹ Aliás, julgamos que, em parte, o comportamento do general Abreu e Silva terá também resultado do facto do CEP ter sofrido uma reorganização em França, transformando-o de uma Divisão reforçada em Corpo de Exército; o comandante estava preparado para exercer a sua autoridade sobre uma unidade menor nunca se tendo adaptado ao escalão imediatamente superior.

³⁰ E não lhe faltavam provas, porque o chamado *milagre* de Tancos ficou, acima de tudo, a dever-se à extraordinária capacidade organizativa de Roberto Baptista já então chefe do Estado-Maior da *Divisão de Instrução*.

General Garcia Rosado

Tomás António Garcia Rosado, natural de Beja, nasceu em 4 de Março de 1864, assentou praça em 29 de Julho de 1879, tendo sido promovido a alferes em 13 de Janeiro de 1886. Ascendeu ao posto de general em 19 de Dezembro de 1917. De alferes ao topo da carreira decorreram pouco mais de três décadas, tendo-o atingido com 53 anos de idade. Foi aluno do Colégio Militar e assentou praça em Infantaria, mas concluiu o curso de Artilharia na Escola do Exército onde adquiriu, também, a habilitação de oficial de Estado-Maior, transitando para aquele quadro³¹.

Entre 1886 e 1895 desempenhou várias tarefas ligadas à função da sua especialidade, algumas delas de importância significativa.

Em 1895 embarcou para a Índia, integrando as forças destinadas a repor a ordem pública no território de Goa, desempenhando as funções de chefe do Estado-Maior da expedição. No território do Oriente foi nomeado chefe do Estado-Maior do Governo Geral³². Regressa a Lisboa no ano de 1896 e retoma as funções próprias da sua especialidade³³.

Logo de seguida, em 1897, parte para a cidade da Beira, em Moçambique. Corria o último ano do século quando foi nomeado secretário-geral do governo do território de Manica e Sofala³⁴. Em 1900, de volta ao reino, torna a ocupar-se de funções de Estado-Maior³⁵. Pouco durou a sua permanência em Portugal, porque em 1901 foi requisitado para o cargo de Governador do distrito de Lourenço Marques, em Moçambique. No ano de 1904 assume a cadeira de Governador-Geral daquela mesma província ultramarina. Regressou ao reino já em 1905, tornando às atribuições da sua especialidade³⁶.

Entre 1906 e 1907 desempenhou funções de delegado técnico do ministro plenipotenciário nomeado para a negociação do consumo de bebidas alcoólicas em África, realizado em Bruxelas, e na Conferência de Haia.

No ano de 1908, foi nomeado chefe da delegação portuguesa na Conferência de Pretória para tratar do Convénio Luso-Britânico. Esteve naquela cidade da África do

³¹ Cf. AHM, Documentos de Matrícula, P.º 2291

³² «Louvado pelo muito zelo e competência com que desempenhou a importante comissão de chefe do E. M. do Governo Geral da Índia» (AHM, *ibidem*).

³³ Louvado, a 6 de Abril de 1896, «Pelo muito zelo, inteligência que provou no projecto de organização de uma biblioteca militar e o programa e orçamento de uma publicação periódica de carácter oficial de que fora encarregado como membro da Comissão nomeada para tal fim» (AHM, *ibidem*).

³⁴ «Louvado pela forma como desempenhou o cargo de secretário geral do território de Manica e Sofala, em que revelou superior aptidão, zelo e tacto administrativo» (AHM, *ibidem*).

³⁵ «Louvado pelo inextinguível zelo e elevado critério com que se desempenhou do relevante serviço de estudar e propor as providências que julgou mais adequadas à reorganização das forças ultramarinas e incorporação das tropas da metrópole no serviço colonial» (AHM, *ibidem*).

³⁶ «Louvado pelo zelo e inteligência revelados na confecção dos trabalhos da Comissão nomeada por Portaria de 14 de Dezembro de 1906, para definir o lugar em que deveriam ser inscritos na escala de acesso os alferes regressados do Ultramar, da qual era Presidente» (AHM, *ibidem*).

Sul até 1909. Na volta ao reino, uma vez mais, ocupa-se em trabalhos de Estado-Maior³⁷.

Promovido a coronel, assumiu interinamente as funções de subchefe do Estado-Maior do Exército e as de Quartel-Mestre General.

Desta visão rápida da biografia militar de Garcia Rosado percebe-se que se está perante um oficial que, para além de conhecer em profundidade a actividade castrense tinha claro pendor para a função político-administrativa e político-diplomática. Dominava com fluência o idioma francês e inglês. Era, por certo, um militar, como soe dizer-se, de *vistas largas*.

De alferes a coronel foi louvado seis vezes; foi nomeado, em 1896, oficial às ordens do Rei e, em 1908, ajudante de campo de D. Manuel II. A razão e o tipo de louvores — como se pode ver nas notas de rodapé — ajudam-nos a traçar o perfil de competência profissional, mas, em simultâneo, o da amplitude de conhecimentos e capacidades que possuía. Era um oficial de excepção!

Da folha de serviços de Garcia Rosado vê-se como no regime monárquico se tornou em um oficial prestigiado facto que não o impediu de, embora continuando a afirmar-se simpatizante da Monarquia, aceitar jurar fidelidade à República, servindo-a com lisura, garbo e empenho. Nunca escondeu as suas tendências políticas e por isso mereceu o respeito de todos, dentro e fora das fileiras.

Durante o consolado sidonista foi elevado à condição de Chefe do Estado-Maior do Exército, cargo que abandonou para assumir o de comandante do CEP.

No ano de 1918, ainda que a contra-gosto³⁸, o Governo de Sidónio Pais não podia abandonar completamente o que restava do CEP depois da batalha de La Lys e, por isso, em 2 de Junho de 1918, o ministro português em Londres, seguindo instruções governamentais, iniciou negociações junto do *Foreign Office* para se conseguir a reconstituição do Corpo de Exército nacional, em França.

A primeira condição imposta pelo Alto Comando Militar britânico consistiu na necessidade de as tropas portuguesas serem enviadas para a Flandres com a instrução militar concluída, de modo a poderem entrar imediatamente em combate. A razão invocada era «não terem que as alimentar [às tropas] nesse período»³⁹. À volta desta

³⁷ «Louvado pela superior inteligência e inexcusável zelo de que deu provas no desempenho no trabalho de elaboração das instruções para o serviço de subsistências (2.^a parte do Regulamento para o serviço de campanha)» e «Louvado pelo muito critério, saber profissional, zelo e interesse que demonstrou na direcção da E. C. O., no ano de 1914, evidenciando, mais uma vez, as suas notáveis qualidades de comando e direcção superior» (AHM, *ibidem*).

³⁸ Será conveniente ter em conta que o golpe militar de Sidónio Pais se fez com o apoio de unidades que estavam prontas para embarcar para França e que, por isso, ficaram retidas em Portugal. Além do mais, a própria propaganda revolucionária de aliciamento fez-se deixando pairar a ideia que se iria cortar com o envio de mais militares para o teatro de guerra europeu.

³⁹ General Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 2.^o vol., p.66.

questão é fácil deduzir, embora não tenhamos provas formais, a influência do general Barnardiston, chefe da Legação Militar Britânica⁴⁰ e amigo pessoal do general Tamagnini que, sediado em Lisboa, conhecia a incapacidade do Exército nacional satisfazer tal exigência, quer por razões técnicas — dispersão dos instrutores que se haviam preparado em França com os britânicos —, quer por razões políticas — instabilidade social e ausência de vontade de prosseguir o esforço de guerra.

Em 28 de Julho de 1918, o comandante designado do CEP, general Garcia Rosado, chega a Londres e leva na sua bagagem a promessa do Governo português ter mensalmente prontos para embarque 3.000 homens ou 12.000 de uma só vez, desde que os ingleses forneçam os respectivos transportes marítimos⁴¹. Julgamos que se tratava de uma promessa irrealista.

O Alto Comando Militar britânico, ou porque já estivesse avisado das instruções dadas ao general Rosado, ou porque depois da derrota de 9 de Abril já tinha essa intenção, propôs, logo no início das conversações, que os oficiais Comandantes do CEP fossem britânicos⁴². Era a declaração da incompetência, o regresso ao tempo das invasões francesas, o reconhecimento de um estatuto de protectorado.

O general Rosado recusou liminarmente proposta tão pouco digna. Todavia, em Lisboa, o general Barnardiston apoiava-a junto do Governo⁴³ e, em consequência, as mobilizações foram sendo retardadas.

No decurso do mês de Agosto, o Governo nacional estava disposto a aceitar todas e quaisquer condições que fossem do desejo do Governo de Sua Majestade Britânica⁴⁴.

Um pouco à revelia das instruções do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, o general Garcia Rosado conseguiu um acordo digno com o *War Office* mas, em Lisboa, hesita-se e acha-se melhor acabar com a cooperação militar⁴⁵. Os governantes andavam perdidos e os valores mais altivos da nacionalidade estavam esquecidos. Esta atitude do Governo Sidónio Pais dá bem mostras da subalternização

⁴⁰ Com efeito, este oficial general tinha acesso directo ao Alto Comando Britânico em Londres e ao ministro da Guerra do Governo de Inglaterra. Mais do que um elemento de ligação entre os dois ministérios da Guerra aliados, parece ter sido um informador constante da evolução política portuguesa e o seu papel na política interna nacional e no relacionamento com a Grã-Bretanha ainda está por desvendar, embora, pessoalmente, há já vários anos andemos a chamar a atenção para a necessidade de uma investigação mais pormenorizada desta figura quase desconhecida da nossa historiografia recente. Na época, na área do partido *Democrático* e seus simpatizantes, antes de se pôr a circular — por conveniência diplomática e de relacionamento internacional — a atoarda de que Sidónio Pais era germanófilo, foi voz corrente que o general Barnardiston terá estado envolvido no golpe de Sidónio Pais, em Dezembro de 1917.

⁴¹ General Ferreira Martins, *Op. cit.*, p. 69.

⁴² *Idem, Ibidem.*

⁴³ *Idem, op. cit.* p. 71. Facto que nos dá mais uma evidência da capacidade de ingerência que Barnardiston exercia ou tentava exercer junto de Sidónio Pais.

⁴⁴ *Idem, op. cit.*, p. 72.

⁴⁵ *Idem, op. cit.*, p. 73.

que, de novo, Lisboa aceitava perante a vontade da velha Aliada. Afinal, o esforço de Afonso Costa, Norton de Matos, João Chagas e de todos os que se haviam batido pela beligerância portuguesa nas trincheiras de França, fazendo dessa presença um estandarte de independência perante a Grã-Bretanha e de soberania consciente no contexto das nações livres, estava a ser malbaratado pelo Governo de uma ditadura conservadora e retrógrada a qual não punha de lado entendimentos duvidosos com monárquicos e católicos que antes se haviam afirmado germanófilos e anti-beligerantes. Restava a vontade e o alto critério do novo comandante do CEP para levantar, no que fosse possível, a imagem de Portugal na frente de combate.

Garcia Rosado deixa Londres e a 24 de Agosto assume as funções de comandante do CEP⁴⁶. A partir dessa data já só seria possível dar alguma dignidade à função das tropas portuguesas não em Londres e, menos ainda, em Lisboa, mas em França.

Desta maneira, assaz sintética, vê-se, com toda a clareza, a diferença de comportamentos entre os dois comandantes do CEP: um, subordinava-se; outro, impunha condições, negociando mesmo contra a vontade do seu Governo. Posições diametralmente opostas que resultam de personalidades diferentes, de vivências militares distintas, de compreensão da missão de modo diverso. Garcia Rosado assumiu-se como comandante do CEP e como «embaixador» militar português em Londres e em França. Isso mesmo ressalta da proclamação que mandou que fosse lida às tropas portuguesas no dia 1 de Dezembro de 1918⁴⁷. A dado passo dizia assim: «A vós, soldados, pediu-vos o Governo da Nação o melhor dos vossos esforços, não para libertar a Pátria do jugo estrangeiro, porque, felizmente, de então até hoje ela se tem mantido autónoma e livre, mas para enfileirar ao lado da nossa mais antiga Aliada, a Inglaterra, [e] de todos aqueles que combatiam um poder que ameaçava destruir a existência das pequenas nacionalidades»⁴⁸. O general Garcia Rosado, perspicazmente, repescava o argumento dos republicanos beligerantes para o trazer de novo à ribalta militar e diplomática quando se previa o começo das negociações de paz. Na Flandres

⁴⁶ Agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito pelos altos e relevantes serviços prestados à Pátria e ao Exército no Comando em Chefe do Corpo Expedicionário Português, que exerceu desde 24 de Agosto de 1918 a Abril de 1919, e principalmente no período que antecedeu o armistício, período em que uma parte das tropas portuguesas, a despeito da fadiga produzida por uma longa permanência nas trincheiras e pela batalha de 9 de Abril de 1918 e ainda pela falta de reforços, se reorganizou por forma a poder tomar parte na última ofensiva dos Aliados» (AHM, *ibidem*).

⁴⁷ Repare-se nos vários significados da escolha da data para fazer a proclamação às tropas: como monárquico, exalta o dia do começo da 4.^a dinastia; como português, marca o recomeço da independência de Portugal; como militar, assiná-la uma efeméride que deu início à maior campanha militar — 28 anos — e diplomática da época moderna. Repare-se, ainda, na referência significativa às pequenas nacionalidades e aos perigos a que qualquer uma estava sujeita.

⁴⁸ AHM, 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 1370

francesa, tal como já o havia feito em Londres, o novo comandante do CEP afirmava o direito à soberania e à mais completa autonomia do Governo de Portugal.

O general Tomás Garcia Rosado, na verticalidade do seu carácter, no zelo que colocava no desempenho das missões que lhe eram atribuídas e com a inteligência de sempre, havia compreendido a razão profunda da presença das tropas de Portugal no teatro de guerra europeu.

Luís M. Alves de Fraga
Coronel da Força Aérea

Bibliografia

Arquivos e fontes arquivísticas:

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Silva, Gen. Fernando Tamagnini de Abreu e — *Relatório* (1919).

— *Diário* (1917-1918)

Fontes impressas:

Almanach do Exército, vários anos.

Notícias de Évora, Janeiro, 1912.

Memórias e ensaios:

CARVALHO, Vasco de — *A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys*, Lisboa, 1924.

CHAGAS, João — *Diário*, 2.º vol., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1929.

FRAGA, Luís Alves de — *O Fim da Ambiguidade. A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 – 1916*, Lisboa, Universitária Editora, 2001.

— *Portugal na Grande Guerra. Razões económicas de beligerância*, sep. da Revista Militar, n.º 12, Dezembro, 1985.

— *Portugal na Grande Guerra. O general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, sep. de *Anais — Série História*, vol. II, s. d. (1995).

— «A Participação de Portugal na Grande Guerra» in *História Contemporânea de Portugal* (direcção do Prof. Doutor João Medina), tomo II, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985, pp. 34-53.

— «Espionagem no Corpo Expedicionário Português» in «*Guerristas*» e «*Antiguerristas*», Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 45-70.

— «La Lys - A Última Batalha do Exército Português» in *Actas do IV Colóquio de História Militar - A História Militar de Portugal no Séc. XIX*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1993, pp. 401-417.

— «Portugal e a Primeira Guerra Mundial» in *Janus 99-2000 Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 72-73.

— «Portugal na Grande Guerra. O Recrutamento, a Mobilização e o *Roulement* nas Frentes de Combate. Factos e Números» in *Actas do VII Colóquio de História Militar – O Recrutamento Militar em Portugal*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1996, pp. 97-135.

— *Portugal Grande Guerra 1914-1918*, (Coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, pp.107-110 e 148-151.

— «Divisão de Instrução. As manobras de Tancos» in *Portugal Grande Guerra*, Lisboa, Diário de Notícias, 2003, pp. 278-281.

— «Portugal e a Grande Guerra. O CEP e a Batalha de La Lys» in *Factos Desconhecidos da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 2004, pp. 214-225.

— «A Implantação da República Portuguesa Numa Perspectiva Geopolítica» in *Revista Militar*, n.º 2/3, Fevereiro/Março, 1988, pp. 136-137.

— «A República Portuguesa, a Espanha e a 1.ª Guerra Mundial: Síntese de uma das Últimas Tentativas Hegemónicas de Madrid» in *Lusíada. Revista de Ciência e Cultura. Actas do Colóquio Evocativo dos 350 Anos da Restauração*, Série de História, n.º 4, Julho/1995.

— *Guerra e Marginalidade. O comportamento das tropas portuguesas em França. 1917 – 1918*, Lisboa, Prefácio, 2003.

HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Propaganda Republicana. 1870 – 1910*, Coimbra, 1990.

MARQUES, A. H de Oliveira — *Afonso Costa. Discursos Parlamentares. 1914 – 1926*, Amadora, Bertrand, 1977.

— *História de Portugal*, 4.ª ed., 2.º vol., Lisboa, Palas Editores, 1977.

— *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Porto, Figueirinhas, s. d. (1978).

MARQUES, Isabel Pestana — *Memórias do General. «Os Meus Três Comandos» de Fernando Tamagnini*, Viseu, Fundação Martins Seixas, 2004.

MARTINS, Gen. Ferreira — *Portugal na Grande Guerra*, 2.º vol., Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1935.

PINTASSILGO, Joaquim — *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

RELVAS, José — *Memórias Políticas*, 1.º vol., Lisboa, Terra Livre, 1977.

TORRE GOMEZ, Hipólito de la — *Conspiração Contra Portugal. As relações políticas entre Portugal e Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

WEELER, Douglas L. — *História Política de Portugal. 1910 – 1928*, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d. (1985).